

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do candidato;
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 2hs (duas horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao candidato pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o candidato deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O candidato poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. **CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;**
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do candidato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

www.defensoria.ce.def.br

 [fb.com/DefensoriaCeara](https://www.facebook.com/DefensoriaCeara)
 twitter.com/defensoriaceara

PROVA OBJETIVA

Direito Constitucional

01. No tocante à possibilidade de restrições aos direitos fundamentais sem violação da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

A) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver restrições ao direito de reunião, desde que realizada fora da sede das associações, ao sigilo de comunicações telefônicas e ao sigilo de correspondência.

B) Na decretação do Estado de Defesa, poderá haver restrições a quaisquer dos direitos elencados no artigo 5º da CF/88, inclusive a determinação de incomunicabilidade do preso.

C) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver prisão por crime contra o Estado por período indeterminado, ainda que não haja autorização do Poder Judiciário.

D) Na vigência do Estado de Sítio, em virtude de comoção grave de repercussão nacional, poderá ser suspensa a liberdade de reunião e determinada a busca e apreensão em domicílio.

02. No capítulo que trata da ordem econômica, na Constituição Federal, é prevista a defesa do consumidor como um de seus princípios. Em relação à competência legislativa em matéria de responsabilidade por danos ao consumidor, é correto afirmar:

A) A competência legislativa é exclusiva da União.

B) Sobrevindo lei nacional, automaticamente ficam revogadas as leis estaduais que tratam sobre a temática, ressalvando-se a competência material ou administrativa aos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

C) A competência legislativa é concorrente entre União e Estados-Membro, sem prejuízo para o Distrito Federal exercer a competência legislativa para os assuntos de interesse local.

D) A competência legislativa é concorrente entre União, Estado-Membro e Distrito Federal.

03. Segundo a Constituição Federal, é vedada a cassação dos direitos políticos, admitindo-se a perda ou suspensão no caso de:

A) Procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.

B) Incapacidade civil absoluta.

C) Condenação criminal não transitada em julgado, mas com decisão condenatória proferida em segundo grau de jurisdição.

D) Cancelamento de naturalização por decisão administrativa.

04. A avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, compete:

A) ao Presidente da República.

B) ao Senado Federal.

C) às Assembleias dos Estados.

D) à Comissão de Finanças e Orçamento do Congresso Nacional.

05. Após o devido processo legislativo, o prefeito de um município promulgou lei reduzindo direitos fundamentais trabalhistas, com o objetivo de aumentar o número de empregos na localidade. Considerando-se essa situação hipotética e tomando-se como parâmetro do controle de constitucionalidade a Constituição Federal de 1988, é possível questionar a referida lei municipal por meio de

A) ação declaratória de constitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça, desde que haja previsão na constituição estadual.

B) arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada no STF.

C) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.

D) mandado de segurança impetrado no juízo de primeira instância.

Direito Administrativo

06. Segundo previsão da Lei nº 8.666/1993, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Nesse sentido, é correto afirmar que:

A) as garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

B) a impugnação apresentada pelo licitante, feita tempestivamente, o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, haja vista que ele pugnar por participar de processo licitatório regular.

C) a inabilitação do licitante não importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, haja vista que ainda passível de obter-se decisão judicial que o reabilite.

D) decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos

envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.

07. A respeito da atividade de polícia administrativa da Administração Pública, é correto afirmar ser sua característica:

- A) incidir sobre pessoas, individual e indiscriminadamente.
- B) manifestar-se por atos administrativos, não envolvendo atos concretos.
- C) ser de competência exclusiva, em regra, podendo ser concorrente, caso a atividade seja de interesse simultâneo às três esferas da federação.
- D) a discricionariedade, sem possibilidade de limitação de ordem legal, mas pautando-se, quando possível, pelos princípios da Administração Pública.

08. Entre os poderes próprios da Administração, o que está subjacente à aplicação de sanções àqueles que com ela contratam, corresponde ao poder:

- A) disciplinar
- B) regulamentar.
- C) de polícia
- D) hierárquico.

09. No que concerne ao alcance, objetivo e subjetivo, das disposições da Lei de Improbidade, tem-se que:

- A) abrangem apenas condutas dolosas, exigindo-se, para configuração do ato de improbidade, a comprovação de vício de legalidade ou má-fé do agente.
- B) atingem particulares que tenham se beneficiado de forma direta ou indireta da conduta impropria.
- C) estabelecem, como condição necessária para caracterização de improbidade, o enriquecimento ilícito do agente cumulado com prejuízo à Administração.
- D) aplicam-se exclusivamente a condutas perpetradas em detrimento de pessoa jurídica de direito público.

10. Tendo o Estado desapropriado diversos terrenos para a construção de rodovia, constatou, ao final das obras, a existência de algumas áreas remanescentes que não se mostraram necessárias ou úteis para a instalação de equipamento público, estando, assim, sem destinação específica. Referidos terrenos:

- A) podem ser alienados, mediante prévia autorização legislativa, observado o direito de preempção dos expropriados.
- B) são considerados bens de uso comum do povo, somente perdendo tal condição mediante destinação por lei específica.

C) constituem bens de uso especial, mantendo tal natureza enquanto não atrelados a finalidade específica.

D) não possuem natureza de bem público, eis que não afetados a serviço ou atividade específica.

Direito Civil

11. 01. Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- B) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- C) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.
- D) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

12. Com base no Direito do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- A) A pessoa jurídica não pode ser consumidora, mesmo que tenha adquirido produto ou serviço como destinatária final.
- B) O fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- C) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em seis meses, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- D) São direitos básicos do consumidor a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva e a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente.

13. Acerca da responsabilidade civil prevista no Código Civil vigente, assinale a alternativa correta:

- A) O dono de um cachorro poderá ser responsabilizado pela mordida do animal a um pedestre, mesmo se comprovada culpa exclusiva da vítima.
- B) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- C) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, ainda que seus pais disponham de meios suficientes para fazê-lo.
- D) A responsabilidade civil dependerá da criminal. Dessa forma, a vítima poderá questionar sobre a existência do fato ou sobre

quem seja o seu autor, ainda que estas questões se achem decididas no juízo criminal.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- B)** o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- C)** o domicílio do servidor público, é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- D)** o domicílio do preso, é o lugar em que residia antes de ser privado de sua liberdade.

15. A cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto é denominada:

- A)** termo
- B)** encargo
- C)** condição
- D)** modo

16. Assinale a alternativa que contém a definição de bens divisíveis:

- a)** os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b)** aqueles que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- c)** os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação;
- d)** os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

17. Sobre a dissolução da sociedade conjugal, é CORRETO afirmar:

- A)** A sociedade conjugal termina pela morte de um dos cônjuges, pela nulidade ou anulação do casamento, pela separação judicial ou pelo divórcio.
- B)** Com o divórcio, modificam-se os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.
- C)** Dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge deverá voltar a utilizar o nome de solteiro.
- D)** O pedido de divórcio poderá ser realizado pelos cônjuges ou por seus filhos maiores e capazes.

18. Em relação aos direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso, assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

B) É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

C) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

D) A inobservância das normas de prevenção contidas no Estatuto do Idoso importará em responsabilidade apenas a pessoa física nos termos da lei.

19. Com relação aos direitos das crianças e adolescentes previstos na Lei Federal nº 8.069/1990, é CORRETO afirmar que:

A) É considerado adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

B) A idade mínima para admissão ao trabalho é de dezesseis anos e apenas na condição de aprendiz.

C) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, salvo em relação aos direitos previdenciários.

D) A prisão do adolescente infrator independe de flagrante ou ordem judicial escrita e fundamentada.

20. Quanto aos Direito das Sucessões, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

B) A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros.

C) É reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente ainda que, ao tempo da morte do outro, estivessem separados judicialmente ou separados de fato há mais de três anos.

D) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Direito Processual Civil

21. Sobre a gratuidade da justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

a) apenas a pessoa natural, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

b) a concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

c) a concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

d) contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

22. Sobre o litisconsórcio e a intervenção de terceiros, assinale a alternativa CORRETA:

a) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, mesmo quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

b) a assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

c) admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

d) A citação do denunciado poderá ser requerida na petição inicial, se o denunciante for autor, ou na contestação, se o denunciante for réu.

23. A respeito do incidente de descon sideração da personalidade jurídica, assinale a assertiva CORRETA:

a) o incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

b) o Código de Processo Civil não admite a descon sideração inversa da personalidade jurídica.

c) o incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença, mas não na execução fundada em título executivo extrajudicial.

d) concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.

24. Em relação à contestação e à reconvenção, assinale a alternativa INCORRETA:

a) incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar tanto a incompetência absoluta quanto a relativa.

b) o juiz conhecerá de ofício da convenção de arbitragem e da incompetência relativa.

c) na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria,

conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

d) o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

25. Em relação à teoria geral das provas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, mas não os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido.

b) o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

c) não dependem de prova os fatos notórios.

d) a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.

26. Sobre as provas em espécie, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.

b) podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

c) cabe ao advogado da parte ou ao defensor público informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

d) o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa.

27. São espécies de recurso, EXCETO:

a) agravo interno.

b) embargos de declaração.

c) rescisória.

d) embargos de divergência.

28. Sobre a teoria geral dos recursos, assinale a assertiva INCORRETA:

a) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

b) a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

c) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

d) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo que distintos ou opostos os seus interesses.

29. A respeito dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a assertiva CORRETA:

a) é passível de homologação a decisão judicial estrangeira definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional.

b) a sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

c) a propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

d) o direito à rescisão se extingue em 3 (três) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

30. Sobre o processo de execução, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) O juiz pode, em qualquer momento do processo, determinar que sujeitos indicados pelo exequente forneçam informações em geral relacionadas ao objeto da execução, tais como documentos e dados que tenham em seu poder, assinando-lhes prazo razoável.

b) na desistência da execução, serão extintos a impugnação e os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o exequente as custas processuais e os honorários advocatícios.

c) o exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

d) entre os instrumentos de transação, é título executivo extrajudicial apenas aquele referendado pelo Ministério Público, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.

Direito Penal

31. A lei 8.072/90 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. São considerados crimes hediondos, dentre outros:

a) o roubo qualificado, o homicídio qualificado, a lesão corporal grave e o estupro.

b) o estupro, o latrocínio, o homicídio qualificado e o estupro de vulnerável.

c) o peculato, o homicídio simples, o latrocínio e o tráfico de drogas.

d) roubo qualificado, o homicídio qualificado, o peculato e a extorsão mediante sequestro.

32. A Lei de Drogas (11343/2006) dispõe sobre o crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33 da referida lei: "Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa." Já o usuário de drogas é tratado no art. 28 da Lei, que dispõe: "Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar [...]. Analisando os dispositivos acima, são requisitos para a incidência do tráfico privilegiado, previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006:

a) natureza e à quantidade da substância apreendida, somente.

b) ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, somente.

c) Somente aos antecedentes do acusado.

d) A primariedade, os bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

33. Mévio perdeu o controle da direção do seu veículo automotor e invadiu a pista contrária, atropelando dois motociclistas que estavam se deslocando em sentido contrário. Nesse contexto, levando-se em consideração o concurso de crimes, assinale a opção correta, que contempla a espécie em análise:

A) concurso material.

B) concurso formal próprio ou perfeito.

C) concurso formal impróprio ou imperfeito.

D) crime continuado.

34. Mévio tem em depósito, durante o período de 1 (um) ano, 500 kg de substância entorpecente maconha e 200 gramas de substância entorpecente cocaína. Durante o referido período, entrou em vigor uma nova lei elevando a pena relativa ao crime de tráfico de entorpecentes. Sobre o caso sugerido, levando em conta o entendimento dos

Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) aplica-se a lei mais benéfica ao agente, aquela que já estava em vigor quando o agente passou a ter a droga em depósito e o fato de existir duas espécies de droga configura concurso material de crimes.

B) aplica-se a lei mais severa, aquela que passou a vigorar durante o período em que o agente ainda estava com a droga em depósito e o fato de existir duas espécies de droga configura crime único.

C) é permitido fazer a combinação das leis sempre que essa beneficiar o réu.

D) aplica-se a lei mais severa, aquela que passou a vigorar durante o período em que o agente ainda estava com a droga em depósito e o fato de existir duas espécies de droga configura concurso de crimes.

35. Dispõe o art. 2º da Lei Maria da Pena (11.340/2006) que: “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”. Sobre a Lei acima referida, assinale a assertiva INCORRETA:

a) De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, no crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher, a ação penal tem natureza jurídica de pública incondicionada.

b) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de direitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Pena, nos termos da Súmula 536 do Superior Tribunal de Justiça.

c) Para os efeitos da Lei Maria da Pena, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

d) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Pena, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, entre outras, não poderá suspender a posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n.º 10.826/2003.

36. Mévio, primário, foi condenado pelos crimes de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06) e associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343/06),

em decisão definitiva. Você, atuante na defesa do condenado, deverá requerer, junto à Vara de Execuções Penais, a concessão da progressão de regime após o cumprimento de:

a) 2/5 da pena pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06), mais 1/6 da pena pelo crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/06).

b) 2/5 da pena pelo crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/06), mais 1/6 da pena pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06).

c) 3/5 da pena pelo crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/06), mais 1/6 da pena pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06).

d) 3/5 da pena pelo crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/06), mais 2/5 da pena pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06).

37. De acordo com o Código Penal Brasileiro, assinale a assertiva CORRETA:

a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e somente os efeitos extrapenais da sentença condenatória, mantendo os efeitos penais.

b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.

d) Considera-se praticado o crime somente no lugar em que ocorreu a ação ou omissão.

38. A prática do feminicídio é considerado homicídio qualificado pela legislação penal brasileira, quando praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

a) violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher, somente.

c) homicídio praticado contra a mulher decorrente de briga de trânsito.

d) violência doméstica, somente.

39. De acordo com o Código Penal, assinale a assertiva INCORRETA:

a) A prescrição depois de transitado em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

b) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

d) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena abstrata, podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

40. MÉVIO é preso em flagrante com duas armas de armas de fogo de uso restrito, enquanto transitava pela Beira Mar de Fortaleza. Foi indiciado pelo Delegado de Polícia em dois crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, em concurso formal, com fulcro no art. 16 do Estatuto do Desarmamento. Considerando o atual entendimento dos tribunais superiores quanto ao Estatuto do Desarmamento, assinale a opção correta:

a) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido não configura concurso formal, mas concurso material, pois a situação de perigo é uma só.

b) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido configura concurso formal, pois a situação de perigo é uma só.

c) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido não configura concurso formal, mas crime único, pois a situação de perigo é uma só.

d) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido não configura crime único, pois a situação de perigo é uma só.

Direito Processual Penal

41. Sobre intimações no processo penal, analise as seguintes assertivas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I - A Defensoria Pública possui prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais no processo penal.

II - O Ministério Público possui prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais no processo penal.

III - O prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, por carga, remessa ou meio eletrônico.

Está correto o que se afirma na(s) assertiva(s):

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

42. Luís Augusto foi preso em flagrante pelo delito do art. 157, caput, do Código Penal. Encaminhado à audiência de custódia, sua prisão foi convertida em preventiva. Considerando essa situação, o prazo para o inquérito policial ser finalizado, e o prazo para o Ministério Público oferecer a denúncia, a partir do recebimento dos autos do inquérito, deve ser, respectivamente, de:

a) 10 dias e 30 dias.

b) 5 dias e 15 dias.

c) 5 dias e 10 dias.

d) 10 dias e 5 dias.

43. Sobre prisão em flagrante, analise as assertivas a seguir:

I - Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

II - Considera-se em flagrante quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

III - Considera-se em flagrante quem é perseguido, logo após, desde que seja por autoridade, em situação que faça presumir ser autor da infração;

Está correto o que se afirma na(s) assertiva(s):

a) I e II, apenas.

b) I, II e III.

c) II e III, apenas.

d) I, apenas.

44. Leonardo foi preso em flagrante delito pelo crime do art. 33 da Lei nº 11.343, ao ser surpreendido pela polícia militar com 10 trouxinhas de cocaína embaladas e uma balança de precisão. Ainda na abordagem, foi apreendido um smartphone na posse de Leonardo. Os policiais militares, então, acessaram, sem sua autorização, as conversas em aplicativo de troca de mensagens e descobriram que o flagranteado integrava uma organização criminosa. Nessa situação, a prova decorrente das conversas no aplicativo de troca de mensagens para incriminar-lhe pelo delito de organização criminosa, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Ilícita, pois não houve prévia autorização judicial.

b) Lícita, pois, em se tratando do crime de organização criminosa, é possível o acesso ao

conteúdo do celular do flagranteado, desde que haja decisão judicial posterior ratificadora.

c) Nula, pois somente a polícia civil poderia ser responsável por essa análise de mensagens, visto que o papel da polícia militar é somente ostensivo.

d) Lícita, pois não há garantia do direito à privacidade no contexto de prática de delitos graves.

45. Sobre confissão, assinale a alternativa incorreta:

a) A confissão tem natureza divisível.

b) A confissão do acusado pode suprir a ausência do exame de corpo de delito nos crimes não transeuntes.

c) O silêncio do acusado não importa em confissão.

d) A confissão tem natureza retratável.

46. Rejane Limeira foi denunciada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, pelo crime do art. 121, caput, do Código Penal, por ter supostamente ceifado a vida de seu cônjuge, Osmar Limeira, na cidade de Pacatuba-CE. O processo seguiu regularmente o seu curso, com a citação da ré, a apresentação de resposta à acusação e a realização de audiência de instrução. As alegações finais orais foram convertidas em memoriais escritos. O Ministério Público, então, pediu a pronúncia da ré, nos termos da denúncia, enquanto a Defensoria Pública pugnou pela absolvição sumária da ré, por estar provado não ter sido ela a autora do delito, visto que se demonstrou nos autos que ela estava na cidade de Arneiroz-Ceará no dia e horário do crime. Conclusos os autos, o magistrado não acolheu nem o pedido da acusação nem da defesa, e impronunciou a ré. Desejando o Ministério Público recorrer da decisão com a finalidade de ver vitoriosa a sua tese acusatória, deve interpor o seguinte recurso:

a) Recurso em sentido estrito.

b) Agravo em Execução

c) Apelação.

d) Carta Testemunhável.

47. Luan estava respondendo a um processo criminal por fato ocorrido no ano de 2010. Em 2019, sobreveio ao acusado doença mental, razão pela qual a defesa solicitou ao magistrado a instauração de incidente de insanidade mental. Nessa hipótese:

a) O processo deverá ser suspenso, assim como o prazo prescricional.

b) O processo deverá ser suspenso, mas não o prazo prescricional, que continuará a decorrer.

c) Não há suspensão do processo nem do prazo prescricional.

d) O processo deverá ser suspenso, e o curso do prazo prescricional será interrompido.

48. Na sentença absolutória, o juiz:

I- mandará, se for o caso, pôr o réu em liberdade;

II - ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas;

III- aplicará medida de segurança, se cabível.

Está correto o que se afirma na(s) assertiva(s):

a) I, somente.

b) I e II, somente.

c) II e III, somente.

d) I, II e III.

49. A denúncia ou queixa será rejeitada nas seguintes situações, exceto:

a) Quando for manifestamente inepta.

b) Quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

c) Quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.

d) Quando o acusado se encontrar em local incerto e não sabido.

50. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência não poderá ser substituída por prisão domiciliar se:

a) O crime for cometido com grave ameaça à pessoa.

b) A presa for reincidente.

c) O delito for hediondo.

d) O delito for inafiançável.

